

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO  
ITAJAÍ - UNIDAVI**

**DJENIFER FERNANDES  
NAIARA EGER**

**RELACIONAMENTOS ABUSIVOS A PARTIR DA TERAPIA DO ESQUEMA**

**RIO DO SUL  
2020**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO  
ITAJAÍ – UNIDAVI**

**DJENIFER FERNANDES  
NAIARA E EGER**

**RELACIONAMENTOS ABUSIVOS A PARTIR DA TERAPIA DO ESQUEMA**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao curso de Psicologia, da Área das Ciências Biológicas, Médica e da Saúde do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, como condição parcial para a obtenção do grau de Bacharel Psicologia.

Prof. Orientador: Ms. Simone Helena Schelder

**RIO DO SUL  
2020**

## RESUMO

Para uma melhor compreensão da violência contra a mulher praticada por parceiro íntimo, torna-se relevante investigar a influência de aspectos psicológicos na perpetuação deste estilo de relacionamento altamente destrutivo. Nesse sentido, o presente estudo tem como base teórica a Terapia do Esquema, de Jeffrey Young. Os estudos de Young propõem que Esquemas Iniciais Desadaptativos (EIDs) resultam da junção entre temperamento e necessidades emocionais não atendidas, principalmente na infância, que ao serem ativados na vida adulta, exercem forte influência sobre a interpretação dos eventos e no modo de relacionar-se, podendo se manifestarem através de comportamentos que possibilitam a manutenção do próprio esquema desadaptativo. Portanto, o objetivo deste estudo consiste em compreender a influência dos esquemas disfuncionais na permanência em relacionamentos abusivos. A pesquisa classifica-se como descritivo-exploratória, e utilizará como método o levantamento bibliográfico nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico, EBSCO, Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), Portal de Periódicos CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Como critério de inclusão, todos os estudos selecionados deverão ser classificados como pesquisa de campo, com a aplicação do Questionário de Esquemas de Jeffrey Young. Os materiais serão analisados de maneira qualitativa, utilizando categorias de análise pré-estabelecidas.

**Palavras-Chave:** relacionamentos abusivos, terapia do esquema, esquemas iniciais desadaptativos.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1- Estruturação da personalidade: interação entre fatores genéticos e ambientais ....23

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Fases do ciclo de violência.....	15
Quadro 2- Procedimentos a serem cumpridos na emissão de um B. O.....	20
Quadro 3- Categorias envolvidas na formação de esquemas .....	24
Quadro 4- Domínios de esquemas e esquemas desadaptativos.....	26
Quadro 5- Modos de esquemas .....	31

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

EIDs	Esquemas Iniciais Desadaptativos
MEs	Modos Esquemáticos

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
1.1 TEMA.....	8
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA .....	8
1.3 OBJETIVOS.....	8
<b>1.3.1 Geral .....</b>	<b>8</b>
<b>1.3.2 Específicos .....</b>	<b>8</b>
1.4 JUSTIFICATIVA .....	8
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>11</b>
2.1 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER .....	11
<b>2.1.1 Tipos de violência .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1.2 Relacionamentos abusivos .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1.3 Ciclo de violência .....</b>	<b>15</b>
<b>2.1.4 Dados estatísticos sobre a violência contra a mulher .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1.5 Assistência às vítimas de violência doméstica e familiar.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1.6 Fatores de risco associados à incidência de violência doméstica.....</b>	<b>21</b>
2.3 PERSONALIDADE .....	22
<b>2.4.1 Esquemas mentais .....</b>	<b>24</b>
<b>2.4.2 Esquemas iniciais desadaptativos e domínios esquemáticos .....</b>	<b>24</b>
<b>2.4.4 Estilos de enfrentamento desadaptativos e modos esquemáticos.....</b>	<b>28</b>
<b>2.4.5 Avaliação dos esquemas .....</b>	<b>32</b>
<b>2.4.6 Química esquemática e os esquemas emocionais nos relacionamentos amorosos...</b>	<b>33</b>
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>34</b>
<b>4. CRONOGRAMA.....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>36</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O termo relacionamento abusivo ainda é recente, embora sua existência na sociedade não seja atual, visto que este estilo de relação foi reproduzido historicamente, sendo perceptível na posição de submissão que a mulher ocupava- e muitas vezes ainda ocupa, mesmo que de forma velada- na sociedade, principalmente no casamento. De acordo com a Lei 11.340, Maria da Penha (2015), a violência doméstica não se limita à agressão física, que deixa marcas visíveis no corpo, mas se estende aos prejuízos psicológicos, à opressão, ao controle, manipulação, bem como aos danos patrimoniais, morais, inclusive sexuais.

Atualmente, são oferecidas às mulheres vítimas de violência diversas formas de suporte, através de medidas protetivas, com o intuito de encorajá-las a denunciar e quebrar o ciclo de violência ao qual estão envoltas. Apesar disso, percebe-se que muitas vítimas não realizam a denúncia de seu agressor e se submetem em um relacionamento que as coloca à mercê do sofrimento físico e emocional. Segundo Faur (2013), mulheres que permanecem em uma relação disfuncional apresentam um grau de dependência emocional, assemelhando-se a um vício, que as mantêm presas, mesmo que o benefício recebido seja mínimo ou quase nulo.

Associado a isso, Paim e Cardoso (2019) ressaltam que as escolhas amorosas e a permanência em relacionamentos abusivos baseiam-se na repetição das sensações infantis que ocorre na ativação dos esquemas iniciais desadaptativos. Os esquemas desadaptativos por sua vez de acordo com Young, Klosko e Weishaar (2008), são padrões disfuncionais de comportamentos formados a partir das necessidades não atendidas e dos eventos tóxicos vivenciados na infância como, negligência, abandono ou violência. Assim, salienta-se o papel dos esquemas na perpetuação dos relacionamentos abusivos, por muitas vezes, este padrão disfuncional torná-las suscetíveis a estes envolvimento amorosos.

Desta forma, conforme Faur (2013), compreender que ser amado não significa abrir mão de sua dignidade e de seu direito de escolha é importante para possibilitar que a vítima de violência por parceiro íntimo trilhe um novo caminho, onde os relacionamentos sejam vivenciados por escolha e não por necessidade.

Levando em consideração os danos causados às vítimas de relacionamentos abusivos, o estudo é maximizado com intuito de compreender a influência dos esquemas disfuncionais na perpetuação de relacionamentos violentos de forma que estabeleça uma vida digna às mulheres atenuando os comportamentos de submissão, medo e insegurança na qual a violência é disseminada. Portanto, analisam-se a influência dos esquemas disfuncionais das mulheres na

permanência em relacionamentos abusivos e apontam-se modelos de esquemas disfuncionais que prevalecem em mulheres vítimas de relacionamentos que causam danos.

## 1.1 TEMA

Relacionamentos abusivos a partir da Terapia do Esquema.

## 1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

O que mantém mulheres em um relacionamento abusivo?

Quais esquemas disfuncionais tem maior prevalência em mulheres vítimas de relacionamentos abusivos?

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Geral

- Compreender, através de estudos específicos, a influência dos esquemas disfuncionais na permanência em relacionamentos abusivos.

### 1.3.2 Específicos

- Caracterizar o perfil das vítimas de relacionamento abusivo, e as formas de violência presente nos estudos;
- Verificar o histórico de relacionamentos das mulheres vítimas de relacionamentos abusivos;
- Descrever quais esquemas desadaptativos prevalecem nas mulheres vítimas de relacionamentos abusivos;

## 1.4 JUSTIFICATIVA

Nos dias atuais, os relacionamentos abusivos têm aumentado progressivamente, em especial quando se trata de violação contra a mulher, sendo assim, o relacionamento abusivo torna-se um problema de saúde pública mundial. Pesquisas demonstram que a violência contra

a mulher atinge mundialmente 30% dos casos de violência física e sexual, por parceiro íntimo, de acordo com Barbosa et al (2019).

No Brasil, de acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2019), 536 mulheres são agredidas fisicamente por hora e dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, indicam que 16 milhões de mulheres brasileiras sofreram algum tipo de violência durante o ano de 2018 e infelizmente deste número apenas 10,3% buscaram suporte, segundo Bueno e Lima (2019).

Diante destes dados, surgem muitos questionamentos, mas todos buscam uma única resposta: Afinal, o que mantém as mulheres em um relacionamento abusivo? Qual é a verdadeira motivação para que a mulher se sujeite à humilhação e às mais variadas formas de abuso?

Juntamente com tais questionamentos, levantam-se várias hipóteses, todas com o objetivo de compreender os fatores que possibilitam e perpetuam a vitimização da mulher em seus relacionamentos. Estudos como de Souza e Ros (2006) sugerem que a violência esteja relacionada principalmente com o medo, filhos com o agressor, fatores culturais, socioeconômicos, com o nível de escolaridade e dependência da figura feminina.

Todas as sugestões descritas acima possuem um valor singular para a compreensão do fenômeno. Porém, percebe-se que a mulher vem ganhando cada vez mais espaço dentro da sociedade, o que possibilita a ela viver sua autenticidade independente da figura masculina. Além disso, não é incomum identificar padrões de relacionamentos abusivos envolvendo mulheres independentes financeiramente e com acesso à educação de qualidade. Levando tal aspectos em consideração torna-se necessário ampliar o olhar acerca da violência contra a mulher, e analisar sua relação com fatores psicológicos.

Percebe-se que em muitos casos as vítimas ainda não tomaram consciência do empoderamento por parte do parceiro ou não conseguem romper a relação. Ao defrontar-se com este fenômeno, questiona-se os mantenedores da permanência de mulheres em relacionamentos que as colocam em uma posição tão indigna e danosa, levando em consideração que atualmente são oferecidas diversas alternativas de suporte às mulheres.

Diante disso, por se tratar de uma relação na qual são praticados atos de violência física, sexual e psicológica contra a vítima, com o intuito de torná-la subordinada, o estudo tem como propósito analisar a influência dos aspectos psicológicos, através da identificação dos esquemas iniciais desadaptativos, na perpetuação dos relacionamentos abusivos. Ou seja, objetiva-se analisar a possível relação entre experiências em relacionamentos da infância com a busca de um padrão de vinculação subsequente. Considera-se que tal compreensão possibilitará o

reconhecimento de padrões, instigando os sujeitos a olharem para sua história de vida e aos fatores emocionais que levam à repetição de esquemas e estilos de enfrentamento, auxiliando dessa forma no tratamento e acompanhamento das vítimas, evitando a reincidência de envolver-se em novos relacionamentos com o mesmo padrão demasiado controlador.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo dedica-se à exploração teórica acerca de relacionamentos violentos, partindo da conceituação de violência doméstica, suas características, bem como uma análise acerca de como esta forma de violação passou a ser assistida de maneira mais interventiva e assistencial pelas políticas públicas, encorajando e oferecendo suporte àquelas que sofriam e ainda sofrem de maneira velada.

Utilizando como base teórica para a análise do fenômeno a Terapia do Esquema, desenvolvida por Jeffrey Young, a mesma também é explorada de maneira detalhada no referencial teórico, bem como a relação dos Esquemas Iniciais Desadaptativos no que tange os relacionamentos, principalmente os amorosos.

### 2.1 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2002), a violência sempre fez parte da história da humanidade e está dentre as principais causas de morte em todo o mundo. Além do mais, este fenômeno se tornou pauta em discussões sobre saúde pública, visto que suas consequências também geram custos para a economia. O problema é que os atos violentos não se restringem aqueles acometidos em massa, ou aos noticiados pela televisão, mas acontecem diariamente nos ambientes que deveriam oferecer segurança aos indivíduos, como as casas, locais de trabalho e instituições assistenciais.

A Organização Mundial da Saúde define violência como:

O uso intencional de força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002, p.5).

O autor ainda divide a violência em três categorias: violência auto-infligida; violência interpessoal e violência coletiva. A violência auto-infligida refere-se a comportamentos de caráter suicida ou auto-abuso, ou seja, onde a prática é direcionada ao próprio sujeito da ação. A violência interpessoal, por sua vez, divide-se em dois grupos: violência familiar ou por parceiro íntimo e violência comunitária, sendo que o primeiro se refere a episódios ocorridos dentro do contexto familiar e o último está associado a atos como abuso, agressão ou estupro por estranhos ou em instituições. Por fim, a violência coletiva é subdividida em três áreas:

social, política e econômica, e estes atos, por sua vez, são promovidos por grupos maiores de indivíduos ou pelo estado.

Dentro deste contexto, a Organização Mundial da Saúde (2002) destaca a violência praticada por parceiro íntimo como motivo de discussão. Segundo os autores, as maiores vítimas desta forma de violência são mulheres e devido à grande incidência de casos esse tema tem se tornado uma preocupação internacional.

A Lei 11.340, Maria da Penha (2015, p. 14) define violência doméstica contra a mulher como “[...] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.”.

Segundo a Lei 11.340, Maria da Penha (2015), tal violência pode ocorrer no espaço doméstico, que tenham ou não vínculo familiar; em famílias unidas por laços naturais ou por livre escolha e/ou em relações íntimas afetivas, mesmo que as partes envolvidas não estejam casadas ou compartilhando moradia.

### **2.1.1 Tipos de violência**

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2015, p. 74), a violência intrafamiliar, praticada por parceiros íntimos é caracterizada por “[...] comportamento de parceiros ou ex-parceiros íntimos que resulta em dano físico, sexual ou psicológico, incluindo agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamento controlador [...]”.

A Lei 11.340, Maria da Penha (2015) classifica a violência doméstica e familiar contra a mulher em cinco formas: violência física; violência psicológica; violência sexual; violência patrimonial e violência moral.

Segundo a Lei 11.340, Maria da Penha (2015, p. 15), a presente lei define violência física como “[...] qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.”. Cunha e Pinto (2008) complementam essa definição afirmando que violência física existe quando se utiliza o uso da força, ferindo a dignidade corporal do outro, que pode ou não deixar marcas expressivas na vítima. Por sua vez, conforme o Artigo 129, § 9 do Código Penal Brasileiro, a violência doméstica é assim conceituada “se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade.” (BRASIL, 2017, p. 52). A violência psicológica refere-se a:

“[...] qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou

controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;” (LEI 11.340, MARIA DA PENHA, 2015, p. 15).

A partir disso o autor deixa claro que a violência psicológica abarca uma série de comportamentos que causem dano psicológico, à autoestima ou que prejudiquem a liberdade da vítima. Porém, este é um aspecto muito negligenciado, conforme afirma Walker (2009), visto que mesmo percebendo o poder devastador de maus-tratos psicológicos, a maioria das mulheres não se considera agredida a menos que tenha sido fisicamente prejudicada. A violência sexual implica em comportamentos dirigidos à mulher lhe causando os seguintes prejuízos:

“[...] que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos [...]” (LEI 11.340, MARIA DA PENHA, 2015. p. 15).

De acordo com Cunha e Pinto (2008) tais eventos costumam gerar culpa, medo e vergonha. Isso faz com que as vítimas, em grande escala, optem pelo silêncio em relação ao ato de violência. Segundo a Lei 11.340, Maria da Penha (2015, p. 15), a violência patrimonial se refere à “[...] qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.”

Conforme a Lei 11.340, Maria da Penha (2015, p.15) os danos morais também são considerados uma forma de violência, e dessa forma é compreendida como “[...] qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.”. A partir disso percebe-se que o autor busca explicitar que a violência doméstica não consiste apenas em danos diretos ou que são perceptíveis fisicamente, mas toda conduta que restrinja a liberdade da vítima e a prive de boas condições de desenvolvimento, sejam elas psicológicas, materiais ou morais.

### **2.1.2 Relacionamentos abusivos**

Muito semelhante às caracterizações de violência doméstica descrito anteriormente está o conceito de relacionamento abusivo, o qual, de acordo com Neal (2018), contempla comportamentos intencionais que visam gerar culpa, intimidar, manipular e até isolar o parceiro, adotando um estilo controlador.

Abuso é um tratamento inadequado ou maus-tratos. Os padrões de qualquer tipo de abuso são semelhantes. Quando uso o termo “abuso”, refiro-me a todos os tipos: verbal, emocional, psicológico, sexual e físico. Nunca vi um relacionamento fisicamente abusivo que também não o fosse verbal, emocional e psicologicamente. (NEAL, 2018, p. 17).

Segundo Neal (2018), uma característica predominante nestes estilos de relacionamentos é a falta de tomada de consciência da vítima diante dos sinais que está envolvida em uma relação abusiva. Isso acontece porque os sintomas surgem de maneira gradual, de modo que no início do relacionamento o abusador tende a mostrar-se encantador, mas aos poucos se instalam comportamentos de controle e violência verbal. Alguns tipos de abusos podem ser perceptíveis com facilidade, mas outros não, e nestes casos a parceira permanece confusa quanto à sua posição no relacionamento, o que está estreitamente ligado com a sua permanência na relação. À essa dinâmica a autora denomina abuso sutil, definido por Neal (2018, p. 26), como “[...] o uso indireto de ameaça, força, intimidação ou agressão, por meio de humor, manipulação, crítica ou punição, na tentativa de controlar ou dominar o outro, ocorrendo sozinho ou entre episódios abusivos verbais, físicos ou sexuais.”

Além disso, Neal (2018), aponta outro fator que pode prejudicar a clareza da vítima a respeito de seu relacionamento: o padrão “bate/assopra”. Ao utilizar este termo a autora pretende enfatizar que o abusador não se comporta de maneira implacável a todo momento. Em algumas situações ele age gentilmente buscando redimir-se pelo mau comportamento adotado anteriormente. Afinal, conforme Neal (2018, p.71), “o abusador precisa manter sua persona encantadora e vitoriosa, não só para evitar que você vá embora, mas também para preservar sua imagem diante dos outros.”

De acordo com Neal (2018), os abusadores são manipuladores e buscam minimizar o impacto da violência emocional culpando a vítima, que já fragilizada, sente-se responsável ou até merecedora de tal tratamento.

Ele pode parecer magoado ou preocupado com seu bem-estar. Suas explicações parecem lógicas e sensatas, o que dificulta ainda mais para você ver o que realmente está acontecendo. Ele está bem sintonizado com suas fraquezas e sabe como usá-las para tirar vantagem. Pode conhecê-la melhor que você mesma e consegue prever suas reações. É especialista em distorcer as coisas para que tudo seja culpa sua, e como ele não se responsabiliza por si mesmo, é sempre a vítima. (NEAL, 2018, p. 54).

Outra característica de relacionamentos abusivos apontada por Neal (2018) é o perfil ciumento do abusador. E este comportamento não se restringe apenas a outros homens, mas também aos amigos e familiares da vítima. Mesmo que no início da relação o ciúme possa parecer insignificante, assim como todos os outros comportamentos sutis, ao longo do tempo

vai intensificando-se ao ponto de isolar a vítima do convívio com as pessoas que gosta, através de comentários e insinuações maldosas colocando à prova sua lealdade. E mais, com o passar do tempo tais comentários passam a ser direcionados à própria parceira, na tentativa de humilhá-la ou ofendê-la, quando estão sozinhos ou na presença outras pessoas.

Neal (2018) também aponta que tanto mulheres com histórico de abuso na infância, quanto aquelas que não sofreram este tipo de violência podem envolver-se posteriormente em relacionamentos de caráter abusador, mas a diferença entre ambas é que entre as primeiras muitas vezes não existe o conhecimento acerca de outra forma de relacionar-se a não ser por meio do controle, e mais, a saída do relacionamento costuma ser mais difícil por seu sistema de apoio na família de origem ser deficiente. Já as mulheres que não sofreram abuso na infância conhecem outros estilos de relacionamento e geralmente contam com maior suporte familiar.

### 2.1.3 Ciclo de violência

A partir de seus estudos, Walker (2009), denominou o chamado “Ciclo de violência”, que é constituído por três fases distintas, mas que estão associadas à manutenção da violência dentro de uma relação, sendo elas: tensão e crescente sensação de perigo; violência propriamente dita; e arrependimento amoroso. Cada uma dessas fases contribui na permanência de parceiros neste estilo de relacionamento, que é alimentado de maneira circular e contínua, conforme citado no Quadro 1.

**Quadro 1: Fases do ciclo de violência:**

<b>Fase 1- Tensão e sensação de perigo</b>	Nesta fase há uma escalada gradual de tensão com comportamentos discretos, sendo que o agressor demonstra insatisfação e hostilidade de maneira sutil. A mulher tenta acalmá-lo, agradá-lo e busca não responder à sua hostilidade.
<b>Fase 2- Violência efetiva</b>	Neste estágio a tensão aumenta e o risco passa a tornar-se iminente, sendo que a mulher já não consegue mais controlar o agressor. Predominam, portanto, dois movimentos: o homem passa a agir de maneira mais opressora e hostil; e a mulher buscar afastar-se do agressor temendo uma explosão. Mas a mesma torna-se inevitável, como resultado do acúmulo de tensão da fase anterior, ocasionando a violência de maneira aguda. As mulheres passam a identificar quando a violência se torna irremediável e buscam minimizar o impacto através do bloqueio de determinadas partes do corpo. A agressão termina quando o autor da mesma sente fisiologicamente o alívio da tensão, tornando-se dessa forma um reforçador.
<b>Fase 3- Arrependimento</b>	No último estágio o agressor desculpa-se profusamente, busca auxiliar a vítima, demonstra arrependimento e remorso e faz inúmeras promessas. A mulher normalmente confia em tais demonstrações e muitas vezes o próprio agressor acredita que não voltará a ser violento. Esses comportamentos acabam tornando-se reforçadores positivos para a permanência da vítima no relacionamento.

Fonte: elaborado a partir de Walker (2009).

Walker (2009), afirma que o ciclo normalmente inicia após um namoro onde o agressor apresenta comportamentos de grande interesse pela mulher, seguidos de demonstrações de amor. Com o passar do tempo esse interesse exacerbado resulta em perseguição e vigilância, mas nesta fase a mulher já se comprometeu com o homem e não tem energias ou desejo de romper o relacionamento.

A autora ainda afirma que a terceira fase- caracterizada por atitudes de arrependimento e demonstrações de afeto- assemelha-se às partes boas do namoro, tornando-se um reforçador para a permanência no relacionamento. Neal (2018, p. 71), afirma que “[..] em geral, há um período de calma relativamente feliz entre as explosões, dando-lhe uma falsa sensação de segurança, acompanhada do medo provocado pela incerteza em relação à quando – e se- vai acontecer de novo.”. Porém, salienta-se que a partir da análise de informações colhidas em entrevistas com mulheres vítimas de violência, Walker (2009), conseguiu identificar a tendência de que ao longo do tempo aumente a frequência de comportamentos característicos da fase de tensão e violência e uma diminuição daqueles que condizem com contrição amorosa.

Um dado interessante a respeito da terceira etapa também mencionado por Walker (2009), é que em muitos casos o que acontece é a diminuição da violência, porém, com ausência de comportamentos característicos de contrição amorosa, mas que ainda assim correspondem a reforçadores para a mulher. Nesses casos, o que impulsiona a permanência no relacionamento vai além das três fases da violência, existindo também influência de interações do próprio relacionamento.

Segundo as observações de Walker (2009), os comportamentos do estágio três fazem com que a mulher os associe a quem o agressor realmente é e, portanto, cabe à ela a “responsabilidade” de suavizar o mundo para o parceiro, de modo que quando não possui êxito nesta “função” vêm à tona uma versão “irreal” do mesmo. Dessa forma a autora salienta que essa ideia se encaixa na socialização histórica do papel sexual que ensina as mulheres a acreditar que são responsáveis pela saúde, bem-estar e estabilidade psicológica de seus maridos. Segundo Faur (2013, p. 60), tais mulheres “desde muito cedo, sentiram-se responsáveis pela felicidade daqueles que amavam. Se eles não estavam bem, provavelmente era porque elas estariam fazendo algo mau ou deveriam se esmerar mais.”. Dessa forma, Walker (2009), justifica a importância de que as vítimas tomem consciência deste ciclo e entendam que a versão do agressor perceptível nas duas primeiras fases evidencia sua verdadeira identidade.

#### **2.1.4 Dados estatísticos sobre a violência contra a mulher**

Segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2019), durante o ano de 2018 a Central de Atendimento à Mulher atendeu através do Ligue 180, 1.185.690 solicitações, o que corresponde a um aumento de 1,29% em relação ao ano de 2017. Salienta-se, portanto, que este número engloba não apenas denúncias, mas também disseminação de informações, atendimentos internacionais e relatos de violência. Em relação às denúncias propriamente ditas, houve um aumento de 25,78% em comparação à 2017, porém no que diz respeito aos relatos de violência sem solicitação de denúncia percebeu-se que em 2018 houve uma queda de 61,13% em relação ao ano anterior. Sendo assim, de acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2019, p.9), “[...] tal dado seria um indicativo de que há mulheres em situação de violência que não mais comunicam o fato.”.

Dados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (2020) também demonstram o alto índice de violência contra a mulher, informando que durante o ano de 2019 foram registrados 22.529 processos de violência doméstica no estado, sendo 527 destes apenas no município de Rio do Sul. No que se refere à casos de feminicídio, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (2020) relata que o estado constatou 30 casos durante o mesmo período.

No que se refere à dados sobre a vítima de violência contra a mulher, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2019, p. 15), afirma que dos registros de 2018 “[...] verifica-se que mulheres pardas representam a maioria somando 39,69% dos casos, seguidas por mulheres brancas (36,35%), negras (10,73%), amarelas (0,81%) e indígenas (0,66%).”. Em relação à faixa etária, predominam os registros de mulheres de 30 a 39 anos, com 26,60% dos atendimentos, sendo que vítimas entre 40 a 49 anos ocupam a segunda posição, com 16,20% dos casos.

No que diz respeito ao perfil do autor da violência, o Ministério da Mulher (2019) relata que dos registros atendidos pelo Ligue 180 no ano de 2018, 86% das agressões foram cometidas por pessoas do sexo masculino. De forma ainda mais minuciosa, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2019, p. 18), expõe que “[...] em 28,44% das denúncias registradas, os suspeitos são os próprios companheiros, em 12,59% dos casos são ex-companheiros, e cônjuges representam 7,65% dos denunciados.”.

O autor também salienta que dentre todas as formas de violência contra a mulher, a violência doméstica abrange a maior porcentagem, cerca de 67,43% dos casos. No âmbito da violência doméstica, 41,88% dos registros referem-se à violência física, 25% à violência moral, 3,01% em violência sexual e 2,20% referente violência patrimonial.

Segundo Bueno e Lima (2019), recentemente o Fórum Brasileiro de Segurança Pública juntamente com o Instituto Data Folha realizaram a segunda edição da pesquisa “Visível e

Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil”, que teve sua primeira edição do ano de 2017, a qual tem o objetivo de:

“[...] levantar informações sobre a percepção da violência contra a mulher e sobre a vitimização sofrida em relação aos fenômenos da violência e do assédio, segundo os tipos de eventos, o perfil da vítima e do agressor, o contexto onde ocorrem e as atitudes tomadas frente à violência, de modo a produzir informações sobre tema.” (NEME; SOBRAL, 2019, p. 10).

De acordo com os autores, a segunda edição da pesquisa foi realizada com mulheres de todas as regiões do Brasil, e tem o intuito de fornecer informações acerca da violência e assédio, bem como dar subsídios às políticas públicas de atendimento à mulher.

Segundo dados de Bueno e Lima (2019), entre os anos de 2017 a 2019 não houve diminuição significativa de vitimização sofrida por mulheres, sendo que na primeira edição o percentual foi de 28,6% de vítimas, enquanto na pesquisa mais recente esse número diminuiu apenas para 27,4%. Em números esse resultado é ainda mais alarmante, pois segundo Bueno e Lima (2019, p. 6-7), “[...] isso significa dizer que 16 milhões de mulheres brasileiras com 16 anos ou mais sofreram algum tipo de violência ao longo de 2018.”.

No que diz respeito ao autor da agressão, a presente pesquisa nos dá o seguinte indicativo:

“[...] 76,4% das mulheres indicaram que o agressor era um conhecido, aumento de 25% em relação à pesquisa realizada em 2017. Dentre os vínculos mais citados destaca-se namorado/cônjuge /companheiro como o principal perpetrador, com 23,8% (aumento de 23%), ex-namorados e ex-companheiros com 15,2% e vizinhos com 21,1%.” (BUENO; LIMA, 2019, p. 7).

Bueno e Lima (2019), também afirmam que infelizmente, apenas 10% das vítimas procuram a delegacia da mulher e 52% delas não fizeram nada diante do ato de violência da qual foram vítimas, evidenciando que a proteção à mulher ainda é um desafio para as políticas públicas.

### **2.1.5 Assistência às vítimas de violência doméstica e familiar**

A Lei 11.340, Maria da Penha (2015), foi criada em 7 de agosto de 2006, com o objetivo de cessar e prevenir a violência doméstica familiar contra a mulher, oferecendo assistência e proteção às vítimas.

Segundo Cunha e Pinto (2008), a presente lei recebeu este nome devido a uma tentativa de homicídio direcionada à Maria da Penha Maia Fernandes. O crime deu-se por meio de um

tiro de espingarda enquanto a vítima dormia, tendo como autor o próprio marido. O evento aconteceu em 29 de maio de 1983, porém, este não foi o primeiro e único episódio de violência contra Maria da Penha. A relação entre ambos era marcada por agressões por parte do marido, não somente à esposa, mas também às filhas do casal. O relacionamento não fora rompido anteriormente devido ao temor da vítima.

Cunha e Pinto (2008), afirmam que a formulação da Lei Maria da Penha foi possível a partir do conhecimento do caso pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington, Estados Unidos. A partir de denúncia da própria vítima, e também do Centro pela Justiça e o Direito Internacional, e do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, a Comissão elaborou o Relatório 54/2001. O presente relatório serviu como grande influência para a criação da Lei Maria da Penha, cinco anos após sua divulgação.

A partir da Lei 11.340, Maria da Penha (2015), firmaram-se medidas de assistência às mulheres vítimas de violência doméstica, as quais abarcam três eixos: a prevenção, a assistência e o atendimento pela autoridade policial.

No que diz respeito a medidas preventivas, a Lei 11.340, Maria da Penha (2015), regulamenta que estas são efetivadas por meio de pesquisas, estatísticas e demais estudos a respeito da frequência e consequências de tais atos de violência. Outras medidas objetivando a prevenção referem-se à disponibilidade de policiais nas Delegacias de Atendimento à Mulher com atendimento especializado às vítimas; a capacitação de profissionais; a promoção de campanhas que visam educar a sociedade e o ambiente escolar sobre questões relativas ao gênero, raça, etnia; disseminação da Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 e suas medidas protetoras; criação de parcerias a fim de criar programas para eliminação da violência contra a mulher.

Segundo a Lei 11.340, Maria da Penha (2015), às medidas assistenciais às vítimas de violência doméstica e familiar abrangem: a inclusão da mulher no cadastro de programas que fornecem assistência à nível federal, estadual e municipal, a fim de assegurar sua integridade física e psicológica, assim como a disponibilização de procedimentos médicos e demais benefícios advindos do desenvolvimento científico em casos de violência sexual.

A Lei 11.340, Maria da Penha (2015) dispõe que, assim que tomar conhecimento da denúncia, a autoridade policial deve garantir a proteção da vítima, e para tanto é cabível algumas medidas como: encaminhá-la a uma unidade de atendimento médico e ao Instituto Médico Legal; fornecer transporte para abrigo ou local seguro; acompanhá-la ao retirar seus pertences no domicílio, informá-la quanto a seus direitos e serviços disponíveis. Além disso, o artigo 12º da presente lei determina procedimentos que devem obrigatoriamente ser cumpridos pelas

autoridades policiais ao ser emitido um registro da ocorrência (B.O), de acordo com os seguintes aspectos descritos no Quadro 2.

**Quadro 2 – Procedimentos a serem cumpridos na emissão de um B.O**

<b>Aspecto 1</b>	ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada.
<b>Aspecto 2</b>	colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias.
<b>Aspecto 3</b>	remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência.
<b>Aspecto 4</b>	determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários.
<b>Aspecto 5</b>	ouvir o agressor e as testemunhas.
<b>Aspecto 6</b>	ordenar a identificação do agressor e fazer juntas aos autos sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele.
<b>Aspecto 7</b>	remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao juiz e ao Ministério Público.

Fonte: elaborado a partir de Lei 11.340, Maria da Penha (2015).

O autor pretende deixar claro a importância de oferecer não apenas suporte e proteção às mulheres após o ato cometido, como também oportunizar a sociedade estar à par da presente lei, permitindo identificar eventos de violência doméstica e familiar bem como assegurar as vítimas ao realizar as denúncias.

Outra forma de atender às mulheres vítimas de violência é a denúncia a Central de Atendimento à Mulher por meio do Ligue 180, a qual, de acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2019, p. 5), “[...] foi criada em 2005 pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres- SNPM com o objetivo de orientar as mulheres em situação de violência para que buscassem os serviços especializados da rede de atendimento e assim rompessem com o ciclo de violência[...]”.

O Ligue 180 oferece atendimento confidencial e qualificado por equipe de atendentes (somente mulheres) treinadas para acolher e orientar as mulheres que buscam informações, orientações ou apresentam relatos de violência doméstica e familiar, violência sexual, tráfico de pessoas, entre outras. A equipe de atendimento é capacitada para orientar sobre temas de direitos humanos, violência contra as mulheres, Lei Maria da Penha, feminicídio, rede de atendimento especializado e demais temas relevantes para atender às milhares de ligações recebidas anualmente. (MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, 2019, p. 5)

De acordo com Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2019), em 2014 a Central de Atendimento à Mulher passou a exercer suas atividades a partir de disque-

denúncia, de modo que as denúncias passaram a ser recebidas e encaminhadas à Secretaria de Segurança Pública e ao Ministério Público, além de atender também os casos ocorridos no exterior, abrangendo dezesseis países, sendo que estas denúncias são direcionadas ao Ministério das Relações Exteriores e Polícia Federal.

### **2.1.6 Fatores de risco associados à incidência de violência doméstica**

Walker (2009) aponta alguns fatores de risco que contribuem para o enquadramento de mulheres em relacionamentos violentos, embasada em suas pesquisas. De acordo com estudos da autora, um dos fatores relacionados à essa inclinação é o abuso sexual sofrido precocemente e o alto nível de violência dentro do contexto familiar na infância.

A escolha não é tão por acaso. O homem que dispara esta cascata neuroquímica é um velho conhecido. Alguma coisa nele é familiar, mas talvez não seja algo que esteja à vista. Talvez nem sequer seja algo que ele tenha, mas algo que provoca. Um sentimento conhecido, uma batalha familiar. Um desafio que convida para um jogo que alguma vez foi jogado. (FAUR, 2013, p. 59).

Além disso, Walker (2009) também sugere que a aceitação da violência está estreitamente relacionada com a concordância institucional, onde a agressão é vista como punição, de modo que a mulher admite o ato violento para “aprender uma lição”, comparado ao método disciplinar “socialmente aceitável” de pais para com os filhos. Conforme a autora, a diferença salarial entre os parceiros também pode contribuir negativamente na propensão de um relacionamento violento. Ela sugere que essa inclinação seja uma forma de equivaler a inaceitável disparidade de poder entre homem e mulher.

Outro fator contribuinte para este fenômeno apontado por Walker (2009), é o casamento com homens exacerbadamente tradicionais, devido a concepção de dominação patriarcal, com expectativas distintas referente a distribuição de tarefas e papéis no relacionamento. A autora também sugere que homens inseguros apresentam maior propensão de serem violentos, pois demandam a confirmação de afeto de muitas maneiras controladoras. No período do namoro os sinais da insegurança e do controle sobre a parceira podem ser mascarados pela atenção e elogios extra lançados sobre a mulher. Dessa forma, a autora salienta que este pode ser outro fator que contribui na permanência em tais relacionamentos, pois existe a ideia de que após o casamento ou da conquista o homem sentirá maior segurança e, portanto, deixará de agir de maneira vigilante, porém, nem sempre isso ocorre.

Walker (2009), também afirma que o risco de violência aumenta ligado à intimidade sexual precoce, de modo que os agressores utilizam a sedução e falsas promessas em momentos que não estão violentos, tornando a vítima um alvo fácil e dependente.

Contribuindo com essa temática, a Organização Mundial da Saúde (2002), descreve que a partir de estudos realizados nos Estados Unidos, África, América Latina, Ásia e Europa identificou-se alguns fatores mantenedores de mulheres em relacionamentos abusivos, sendo eles: medo de retribuição, falta de alternativas, falta de apoio de família e amigos ou financeiro, preocupação com filhos, dependência emocional e esperança de uma mudança por parte do homem.

Neste contexto destaca-se o papel da personalidade do indivíduo como a base estruturante dos fatores mantenedores de mulheres em relacionamentos abusivos.

### 2.3 PERSONALIDADE

A personalidade, de acordo com Teodoro e Ohno (2017), é composta de esquemas cognitivos, emocionais e comportamentais nos quais determinam a forma que o indivíduo convive em seu meio. Todavia, as formas pouco adaptativas podem resultar em uma personalidade patológica. Ainda nas palavras de Teodoro e Ohno (2017, p. 14) “[...] a personalidade está atrelada aos processos esquemáticos que direcionam o funcionamento psicológico como um todo e resultam da interação entre as disposições genéticas do sujeito e as experiências vivenciadas por ele.”. Nas palavras de Weiner:

“A estruturação da personalidade é vista como um processo natural e que tem suas fundações nas bases genéticas herdadas, as quais definem o temperamento e, assim, as tendências comportamentais, afetivas, cognitivas e motivacionais que sofreram os efeitos do ambiente por meio das aprendizagens constantes no transcorrer do ciclo vital.”. (WEINER, 2016, p. 22).

Para facilitar a compreensão os autores apresentam uma sequência esquemática de eventos relacionados à estruturação da personalidade do sujeito de acordo com as formulações de Aaron Beck, demonstrando como as estratégias desenvolvidas podem ser funcionais ou disfuncionais, conforme Figura 1:

**Figura 1 – Estruturação da personalidade: interação entre fatores genético e ambientais**

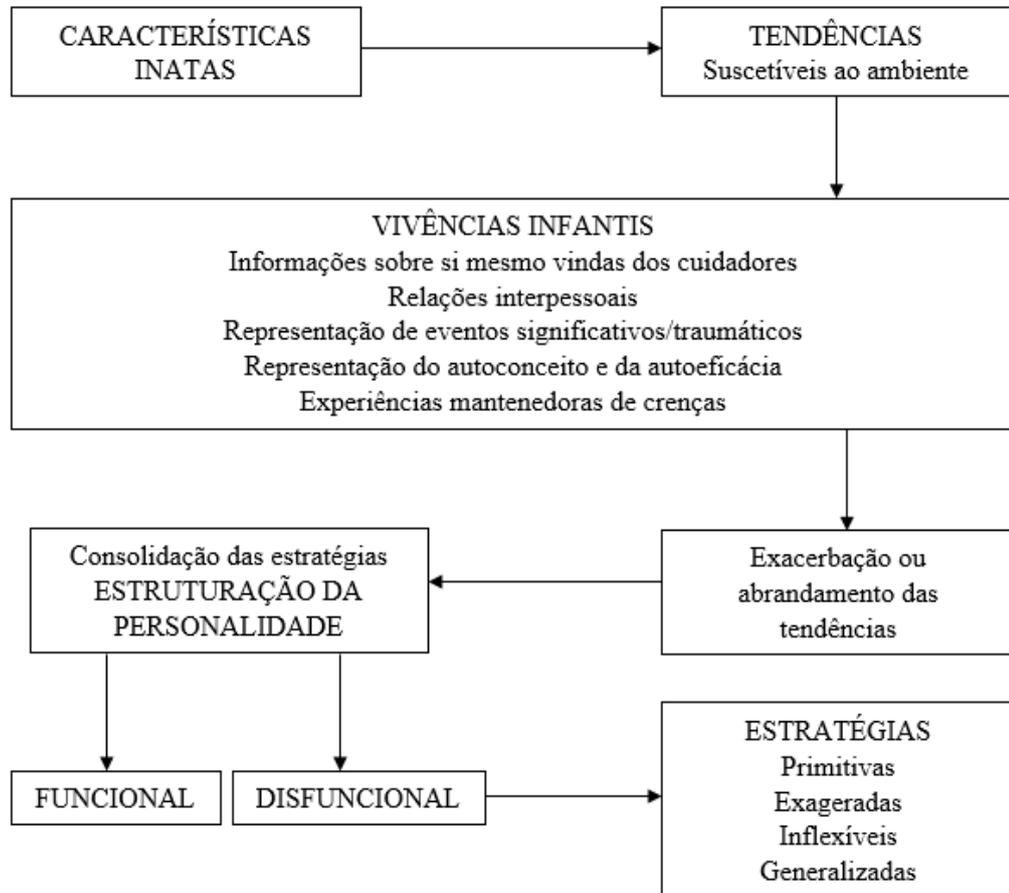


Fig. 1 Estruturação da personalidade: interação entre fatores genético e ambientais  
Fonte: Extraído de Teodoro e Ohno (2017).

Para Young (apud TEODORO; OHNO, 2017, p.15) “[...] uma criança precisa superar cinco tarefas desenvolvimentais (ou evolutivas) primárias para crescer de forma saudável, sem um transtorno de personalidade.”. Na perspectiva dos relacionamentos afetivos salienta Weiner (2016) caso os mesmos não supram as necessidades básicas, sendo elas de acordo com Young, Klosko e Weishaar (2008): vínculos seguros com demais indivíduos, autonomia e sentimento de identidade, liberdade de expressão, espontaneidade e lazer, por último limite realista e autocontrole, ocorrerá a geração de esquemas iniciais desadaptativos para justificar a carência do ambiente, destacando assim a importância das experiências infantis na formação da personalidade.

Para trazer a importância das primeiras experiências principalmente quando envolve fatores do ambiente familiar da criança para a formação dos esquemas, os autores pontuam quatro categorias que estimulam a formação dos mesmos, conforme Quadro 4.

### Quadro 3 – Categorias envolvidas na formação de esquemas

Categoria 1	Se diz respeito à frustração nociva de necessidades, onde a criança em maior parte passa por experiências desagradáveis, o ambiente em que ela vive há falta de sensação de estabilidade e amor, adquirindo esquemas como abandono e privação emocional.
Categoria 2	Refere-se à vitimação ou traumatização, onde a criança transforma-se em vítima e assim amplia os esquemas como desconfiança, culpabilidade, vergonha ou vulnerabilidade ao prejuízo.
Categoria 3	A criança recebe em excesso superproteção ou concedem a ela liberdade e autonomia em demasia, ou seja, a criança recebe em excesso o que é considerável como saudável.
Categoria 4	A criança identifica-se e internaliza comportamentos e sentimentos que são dos pais o que leva a criança adotar esquemas e modos de enfrentamento dos pais ou pessoas que são importantes na vida dela.

Fonte: Elaborado a partir de Young, Klosko e Weishaar (2008).

#### 2.4.1 Esquemas mentais

Para Beck (1976, apud DUARTE; NUNES; KRISTENSEN, 2008, p.03) esquemas são “[...] uma rede estruturada e inter-relacionada de crenças que orientam o indivíduo em suas atitudes e posturas nos mais variados eventos de sua vida. Esquemas são, então, compreendidos como estruturas de cognição com um significado.”

Duarte, Nunes e Kristensen (2008, p.03) pontuam “[...] O esquema funciona como uma espécie de filtro, que seleciona informações, assimilando, priorizando e organizando aqueles estímulos que sejam consistentes com a estruturação do esquema e evitando todo o estímulo que não seja consistente com essa estruturação.”. De acordo com definições de Young, Klosko e Weishaar (2008), um esquema pode ser adaptativo ou desadaptativo e que estes podem ser formados na infância ou em demais momentos da vida.

Diante destes fatores, de acordo com Young, Klosko e Weishaar (2008), Jeffrey Young propôs uma expansão do modelo tradicional de terapia cognitiva de Beck, no qual intitulou de Terapia do Esquema. Portanto, Young propôs hipóteses de que alguns dos esquemas se desenvolvem como resultado de experiências traumáticas da infância, assim sendo, buscou definir um subconjunto de esquemas, no qual chamou de esquemas iniciais desadaptativos. Para maior compreensão, a seguir encontra-se conceitos formulados por Young e posteriormente sua ligação com relacionamentos.

#### 2.4.2 Esquemas iniciais desadaptativos e domínios esquemáticos

Os esquemas iniciais desadaptativos (EIDs) para Wainer (2015) são padrões comportamentais, cognitivos e emocionais, generalizados e duradouros, relacionado a si

próprio ou em relacionamentos com demais pessoas. Eles se desenvolvem desde a infância até a adolescência, sendo disfuncional em um nível significativo, assim, influenciando a vida do sujeito e trazendo prejuízos. Ressalta Young, Klosko e Weishaar (2008) que pacientes que na infância foram rejeitados, abandonados ou vítimas de abusos, quando adultos os esquemas são ativados por eventos semelhantes às experiências traumáticas, desta forma, evidenciando emoções negativas, impossibilitando-os suprir as necessidades emocionais básicas.

Contudo, de acordo com os autores Rijo e Wainer (2019), é válido salientar que nem sempre os esquemas serão pautados em traumas da infância, podendo ser resultado de padrões relacionais disfuncionais repetidos. Desta forma, para Young, Klosko e Weishaar (2008, p. 23) “[...] Na verdade, uma pessoa pode desenvolver um esquema de dependência/incompetência sem vivenciar uma única situação traumática na infância, tendo sido uma criança completamente abrigada e superprotegida.”. Ainda nas palavras de Young, Klosko e Weishaar (2008, p. 23) “A natureza disfuncional dos esquemas tende a aparecer em momentos posteriores da vida, quando os pacientes continuam a perpetuar os esquemas que construíram nas interações com outras pessoas, embora suas percepções não sejam mais adequadas [...]”.

Os esquemas iniciais desadaptativos, conforme as pontuações de Rijo e Wainer (2019) são resultados da interação do temperamento emocional; das experiências tóxicas repetidas com as pessoas de afeto da infância e com o grau de gratificação das necessidades emocionais básicas de cada período o desenvolvimento. E assim como os esquemas mentais os esquemas iniciais desadaptativos também são estruturas que armazenam crenças, suposições e regras. Levando em consideração estes aspectos, é válido pontuar que os EIDs se organizam em 18, e são agrupados em cinco categorias de necessidades emocionais não satisfeitas, chamadas assim de domínios esquemáticos.

Ao longo dos anos, os indivíduos passam por cinco etapas evolutivas que são cumpridas no desenvolvimento da personalidade e estabelecem as principais crenças e regras sobre si e aos outros, de acordo com Wainer (2015), estas etapas são chamadas de domínios esquemáticos. Sendo assim, em cada domínio esquemático há carências nos quais desenvolvem esquemas iniciais desadaptativos nos domínios dos esquemas, no qual estabelece a percepção e o modo como os indivíduos enfrentam algumas situações específicas ao longo da vida. Para maior compreensão, o Quadro 5 apresenta uma síntese dos domínios esquemáticos e os esquemas iniciais desadaptativos associados aos domínios.

**Quadro 4: Domínios de esquemas e esquemas desadaptativos**

Domínio de Desconexão e Rejeição - os indivíduos pensam que suas necessidades de cuidado, segurança e amor não serão atendidas, encontram-se incapacitados de formar vínculos satisfatórios com outras pessoas.	
Abandono	Constante alerta e medo por acreditarem que podem perder pessoas próximas, desta forma, vivem com expectativas que serão trocados por outros ou que estas pessoas desaparecerão de repente. As emoções mais comuns envolvidas neste esquema são ansiedade crônica, tristeza e depressão
Desconfiança	Não acreditam que as pessoas sejam sinceras, têm perspectivas que os outros vão mentir obter vantagens ou trair, assim tornam-se desconfiados por considerar que as pessoas irão machucá-los intencionalmente. Assim, buscam evitar a intimidade e acabam escondendo seus pensamentos, outros casos buscam trair ou abusar de outras pessoas como forma de ataque preventivo.
Privação Emocional	Tendem se sentirem deprimidas e solitárias e incompreendidas, não esperam que os indivíduos cuidem, entendam e protejam. Apresentam sensações de desamparo, solidão e desconexão emocional, com expectativas negativas sobre o atendimento de suas necessidades emocionais nos relacionamentos
Defectividade/Vergonha	Creem que são maus, inúteis, falhos, carentes, muito maus, feios, preguiçosos, burros, chatos, estranhos, dominadores dentre outros. Buscam desvalorizar-se e aceitar que os outros maltratam ou agridam verbalmente, contudo, reagem de forma sensível às críticas, ficam tristes ou com raiva.
Isolamento Social	Sentem-se diferentes das outras pessoas, muitas vezes acabam tendo a sensação que são excluídos, tendendo a realizar atividades de forma solitárias.
Domínio Autonomia e Desempenho Prejudicados - têm expectativas sobre si próprios que prejudicam a capacidade de diferenciar-se de seus pais. Reforçando a ideia que a competência desenvolvida durante a infância permanece durante boa parte da vida adulta.	
Dependência/ Incompetência	Não confiam em sua capacidade de decisão sobre o cotidiano, desta forma, temem ter uma vida sozinhos, se sentem incapazes de realizar tarefas por conta própria e acham que precisam de alguém que mostre o que tem que fazer
Vulnerabilidade	Tendem a acreditar que algo de ruim irá acontecer e que não conseguiram impedir, além disso, apresentam comportamentos para impedir que algo ruim aconteça
Emaranhamento	Renunciam a sua identidade para manter conexão com a figura parental. Não sabem quais são as preferências, não seguiram suas próprias inclinações, ou seja, acabam se fundindo com pessoas próximas.
Fracasso	Acreditam que são inadequados e sem talentos. Frequentemente sabotam a si mesmos, adotam comportamentos de evitação como, não realização de um dever ou simplesmente hipercompensam seja por

	trabalho em demasia ou atribuem a si mesmo muitos compromissos, buscando compensar a “falta de talento” com esforço.
Domínio de Limites Prejudicados - indivíduos têm dificuldades de respeitar os direitos dos outros, cooperar e manter compromisso, em grande parte dos casos, as famílias são permissivas e não exigem seguir as regras.	
Grandiosidade/ Arrogância	Sentem-se que são melhores que os demais, acreditam que são merecedores de privilégios, bem como buscam controlar o comportamento dos outros a fim de satisfazer as necessidades próprias, independente se causar danos aos demais, ou seja, são egoístas.
Autocontrole	Cotidianamente pessoas com este esquema não apresentam autocontrole e autodisciplina, normalmente são desorganizados, têm pouca concentração, falta disposição de persistir em tarefas que são rotineiras e se atrasam em compromissos.
Domínio Direcionamento Para o Outro - Os indivíduos primeiro colocam as necessidades dos outros e depois as necessidades próprias, como forma de aprovação, deixando de se conectar com os próprios sentimentos, como a raiva por exemplo.	
Subjugação	Tendem adotar posturas nas quais permite que outras pessoas as dominem, assim, são extremamente obedientes, costumam sentirem-se intimidados e impotentes, como se fossem a mercê de figuras de autoridade.
Auto Sacrifício	Tendem a atender as necessidades dos demais mais do que as suas próprias necessidades por não quererem que as pessoas sofram assim não se sentem culpados ou egoístas. Buscam ouvir mais os outros do que falar de si, são indiretos quando querem algo e sentem-se desconfortáveis quando recebem atenção.
Busca de Aprovação	Costumam ser obedientes e agradam as pessoas a fim de serem reconhecidas e obterem aprovação, ou seja, acabam se concentrando nas reações das pessoas em vez de suas próprias. Desta forma, a autoestima depende da aprovação das pessoas.
Domínio Supervigilância e Inibição - Buscam cumprir as regras internalizada referente ao seu próprio desempenho, auto expressão, relaxamento.	
Negativismo	Focam nos aspectos negativos, como morte, sofrimento, traição, fracasso e decepção. Acreditam vulneráveis aos erros e que isso os levará a uma perda financeira ou demais perdas graves e humilhação social.
Inibição Emocional	Costumam ser inibidas em relação à expressão de suas emoções, são mais controlados em relação à demonstração das emoções bem como costumam conter suas necessidades. Acreditam que libertar-se das emoções fará as pessoas se afastarem assim inibem suas emoções.
Padrões Inflexíveis	São perfeccionistas e acreditam que precisam se esforçar para atingir padrões altos que são internalizados. Este padrão aplica-se aos estudos, trabalho, desempenho, aparência saúde, cumprimento de regras entre outros. As emoções típicas são a pressão permanente por cobrar-se perfeição e também a irritabilidade e a competitividade.
Postura Punitiva	Apresentam uma postura punitiva, onde devem ser punidos pelos seus erros, são difíceis de perdoar erros em si ou nos outros, têm

	dificuldade também de sentir empatia por pessoas nas quais praticam algo de errado.
--	---

Fonte: Elaborado a partir de Young, Klosko e Weishaar (2008).

#### 2.4.4 Estilos de enfrentamento desadaptativos e modos esquemáticos

De acordo com Young, Klosko e Weishaar (2008) para se adaptar aos esquemas, as pessoas desenvolvem modelos de respostas para não vivenciar emoções intensas, como no caso dos relacionamentos abusivos, estas respostas comportamentais do indivíduo fazem parte dos estilos de enfrentamento. Além disso, todos os organismos possuem três respostas básicas à ameaça, sendo elas: lutar, fugir ou paralisar-se, que correspondem aos estilos de enfrentamento: hipercompensação do esquema, evitação do esquema e resignação do esquema.

No que se refere aos esquemas desadaptativos na infância os autores ressaltam que é uma ameaça, para Young, Klosko e Weishaar (2008, p. 44) “[...] A ameaça é uma frustração de algumas das necessidades da criança (vínculo seguro, autonomia, liberdade de auto expressão, espontaneidade e lazer, ou limites realistas)”. Por conta da ameaça a reação ativa uma das respostas de resignação, evitação e hipercompensação, ou seja, quando um esquema é ativado resulta em uma ameaça na qual o indivíduo responde com um modelo de enfrentamento. Para Rijo e Wainer (2019) o estilo de enfrentamento nem sempre é saudável, podendo reforçar ainda mais e perpetuar um esquema. Além disso, é válido ressaltar que cada indivíduo usa diferentes e opostos comportamentos, em diferentes situações para enfrentar o mesmo esquema.

Quando um indivíduo se resigna a um esquema de acordo com Young, Klosko e Weishaar (2008) ele sente o sofrimento emocional do esquema, contudo age confirmando e não busca evitar, aceita que é autêntico, sem perceber age confirmando tal esquema. Sendo desta forma, sem perceber os padrões são repetidos e quando adultos continuam a viver situações semelhantes. Trazendo para a questão de relacionamentos violentos os autores salientam que usualmente estas pessoas escolhem parceiros que têm mais chance de tratá-las como os “pais agressivos” que tinham quando crianças, assim relacionam-se com parceiros de maneira passiva fazendo com que o esquema seja perpetuado. Um exemplo que o modo de enfrentamento de resignação pode se manifestar, tendo como esquema, o abandono, é escolhendo parceiros com os quais não consegue estabelecer compromisso e se mantém no relacionamento.

Na tentativa de organizar suas vidas para que os esquemas nunca sejam ativados, os pacientes utilizam a evitação como forma de enfrentamento, conforme as pontuações dos autores:

“[...] Tentam viver sem consciência dele, como se não existisse; evitam pensar a respeito dele; bloqueiam pensamentos e imagens que provavelmente o ativem, e, quando esses pensamentos e imagens surgem, os indivíduos distraem-se ou os repelem. Evitam sentir o esquema; quando esses sentimentos vêm à tona, refutam-nos por reflexo”. (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008, p. 45).

Além disso, conforme pontuam Young, Klosko e Weishaar (2008) pessoas com este modelo de respostas de enfrentamento costumam beber em excesso, ingerir drogas, comer em excesso, podem tornar-se viciados no trabalho, entre outros comportamentos em demasia, porém quando interagem com outras pessoas tendem a parecer normais. Um exemplo de como este modo de enfrentamento desadaptativo de evitação pode se manifestar, tendo como esquema, o abandono, é evitar o relacionamento. Ou seja, buscam evitar situações que possam trazer à tona o esquema, por isso, costumam esquivar-se de relacionamentos íntimos ou até mesmo desafios no âmbito profissional. Muitas vezes, afastam do que possam sentir-se vulneráveis.

No estilo de enfrentamento desadaptativos de hipercompensação, Young, Klosko e Weishaar (2008) destacam que os indivíduos agem e pensam como se o oposto do esquema fosse real, ou seja, buscam ser diferente de quando o esquema foi adquirido, conforme as palavras dos autores:

Quando hipercompensam, os pacientes lutam contra o esquema pensando, sentindo, comportando-se e relacionando-se como se o oposto do esquema fosse verdadeiro. Dedicam-se a ser o mais diferente possível das crianças que forma quando o esquema foi adquirido. Se sentiam sem valor quando crianças, como adultos tendem a ser perfeitos; se foram subjugados quando crianças, como adultos desafiam a todos; se foram controlados quando crianças, como adultos controlam outras pessoas ou rejeitam todas as formas de influência; se abusadas, abusam de outros. (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008, p 46).

A hipercompensação é desenvolvida como forma de impedir a sensação de impotência e vulnerabilidade. Conforme Young, Klosko e Weishaar (2008) são utilizados também para auxiliar ao lidar com sentimentos como privação emocional e defectividade. Geralmente pessoas com enfrentamento de hipercompensação são incapazes de assumir responsabilidades por seus fracassos ou de reconhecer suas limitações e com isso apresentam dificuldades de aprender com os erros. Um exemplo que modo de enfrentamento de hipercompensação pode se manifestar, tendo ainda como esquema, o abandono, é sufocar o parceiro ao ponto de afastá-lo.

Já os modos esquemáticos (MEs) segundo Rijo e Wainer (2019) consiste em um estilo global de funcionamento do indivíduo em situações específicas de ativação emocional, incluindo sentimentos, pensamentos, formas de enfrentamento, sendo saudáveis ou não, vivenciados nas situações específicas.

Rijo e Wainer (2019, p.13) pontuam que os MEs “[..] foram funcionais/adaptativos em algum momento do desenvolvimento do indivíduo, como um formato que lhes permitiu obter de modo mínimo a satisfação das suas necessidades básicas emocionais por seus cuidadores [...]”. Porém conforme os autores este padrão sem adaptações é ativado quando adulto, com chance de gerar desadaptações. Ou seja, a mudança de modos saudáveis para desadaptativos ocorre quando as necessidades emocionais básicas não atendidas são recordadas, quando um EIDs é ativado.

De acordo com Young, Klosko e Weishaar (2008) são identificados quatro modos: modos criança (criança vulnerável, criança zangada, criança impulsiva e criança feliz), modos de enfrentamento desadaptativos (capitulador complacente, protetor desligado e hipercompensador), modos pais disfuncionais (pai/mãe punitivo-crítico; pai/mãe exigente) e modos adulto saudável.

No que se diz respeito ao modo criança vulnerável Young, Klosko e Weishaar (2008, p.241) pontuam que “[...] Alguém nesse modo é como uma criança pequena no mundo, que necessita do cuidado de adultos para sobreviver mais não o recebe. A criança necessita de um pai ou uma mãe e tolera qualquer coisa para tê-lo”. A criança vulnerável depende do esquema em que o pai ou a mãe deixam a criança sozinha (abandonada), bate na criança em demasia (criança que sofre abuso), não dá amor (criança privada) ou critica-a com rigor (criança defectiva), entre outros esquemas.

Para Young, Klosko e Weishaar (2008) o modo criança zangada, os indivíduos liberam esta raiva em resposta a uma necessidade não atendida. Quando um esquema é ativado e o indivíduo se sente abandonado, vítima de abuso ou privado, ele enfurece e pode agredir verbalmente ou ter impulsos violentos.

No modo criança impulsiva, segundo Young, Klosko e Weishaar (2008) o indivíduo age para satisfazer as necessidades e busca prazer, sem considerar as necessidades e limites das demais pessoas. Têm baixa tolerância à frustração, desta forma, não consegue adiar a gratificação em curto prazo em detrimento dos objetivos de longo prazo. Esquemas associados são arrego e autocontrole insuficientes.

Já a criança feliz de acordo com Young, Klosko e Weishaar (2008) se sente satisfeita e amada e não se associa a nenhum EIDs, pois as necessidades fundamentais da criança foram satisfeitas, assim, a ativação de esquemas é ausente.

Modos pais disfuncionais, de acordo com os autores Young, Klosko e Weishaar (2008) refere-se as internalizações das figuras de pai ou de mãe no início da vida. Quando os indivíduos estão em modo pai ou mãe disfuncionais, tornam-se os seus próprios pais e tratam a si mesmos

como os pais trava-os na infância, pensam e agem como os pais faziam. No que se refere ao modo pai\mãe punitivo, os próprios indivíduos se tornam seu pai\mãe abusivos e se punem. O pai\mãe exigente pressiona para atingir as expectativas exageradas, assim, definem padrões elevados para si mesmos se pressionando para cumpri-los.

Os modos de enfrentamento desadaptativos para Young, Klosko e Weishaar (2008) são as formas de adaptar-se às necessidades não satisfeitas em um ambiente prejudicial. Estes modos de enfrentamento na infância eram adaptativos, contudo, na vida adulta costumam ser desadaptativos. As características dos modos de enfrentamento desadaptativos nas palavras de Young, Klosko e Weishaar (2008, p.242) diz que "A função do capitulador complacente é evitar maus-tratos. A função dos outros dois modos, o protetor desligado e o hipercompensador, é escapar de moções desagradáveis ocasionados pela erupção do esquema."

O modo adulto saudável para Young, Klosko e Weishaar (2008) diz que adulto saudável ajuda a satisfazer as necessidades emocionais básicas da criança. Indivíduos mais saudáveis, com funcionamento melhor, têm um modo adulto saudável mais forte, contudo, indivíduos com transtorno graves normalmente têm um modo adulto saudável fraco.

Abaixo são evidenciados no Quadro 7 os dez MEs principais, divididos em quatro categorias e com os EIDs associados:

**Quadro 5: Modos dos esquemas**

<b>MODOS CRIANÇA</b>		
ME	Descrição	EIDs Relacionados
Criança Vulnerável	Vivencia sentimentos ansiosos, medo, tristeza e desamparo.	Abandono, desconfiança, privação emocional, defectividade, isolamento social, dependência, vulnerabilidade e negatividade.
Criança Zangada	Libera raiva em respostas a necessidades fundamentais não satisfeitas	Abandono, desconfiança, privação emocional e subjugação.
Criança Impulsiva	Age impulsivamente segundo desejos de prazer, sem considerar os limites e necessidades dos outros	Arrogo, autocontrole insuficientes.
Criança Feliz	Sente-se amada, conectada e satisfeita	Nenhum.
<b>MODOS PAIS DESADAPTATIVOS</b>		
ME	Descrição	EIDs Relacionados
	Restringe, critica ou pune a si ou aos outros.	Subjugação, postura punitiva, defectividade,

Pai/Mãe Punitivo-crítico		desconfiança/abuso (como abusador).
Pai/Mãe Exigente	Estabelece expectativas e níveis de responsabilidade altos em relação aos outros e se pressiona para cumprir.	Padrões inflexíveis, autossacrifício
<b>MODOS DE ENFRENTAMENTO DESADAPTATIVOS</b>		
ME	Descrição	
Capitulador Complacente (resignação)	Adota enfrentamento baseado em obediência e dependência. Com o propósito de evitar os maus-tratos.	
Protetor Desligado (evitação)	Adota estilo de retraimento emocional, desconexão, isolamento e evitação comportamental. Utilizado para fuga de estados emocionais negativos	
Hipercompensador (hipercompensação)	Estilo de enfrentamento caracterizado por contra-ataque e controle. Pode compensar por exemplo com trabalho excessivo. Utilizado para fuga para estados emocionais negativos.	
<b>MODO ADULTO</b>		
ME	Descrição	
Adulto Saudável	Identifica suas necessidades e vulnerabilidades e busca supri-las de acordo com o contexto social, assim, podendo adiar a gratificação se necessário.	

Fonte: Elaborado a partir de Rijo e Wainer (2019).

#### 2.4.5 Avaliação dos esquemas

Segundo Rijo e Wainer (2019), a terapia de esquema de Young busca relacionar os problemas atuais dos indivíduos com os possíveis EIDs, levando a entender sua origem a partir das experiências traumáticas da infância que se relacionam com as necessidades emocionais não atendidas. Nas estratégias de avaliação, são identificados os esquemas iniciais desadaptativos, os estilos de respostas desadaptativas e modos dos esquemas, nos quais os indivíduos muitas vezes, não tem consciência. Desta forma, são utilizadas diversas estratégias para formular hipóteses sobre os EIDs do paciente.

Uma das formas de avaliar os esquemas é o questionário de esquemas de Young (QEY), de acordo com Young, Klosko e Weishaar (2008) é uma forma de autoavaliar os esquemas iniciais desadaptativos, assim, os indivíduos se autoavaliam em relação ao quão bem cada item o descreve, em uma escala de 6 pontos. O questionário é disponível na versão curta e longa, a versão longa apresenta 205 questões e avalia 16 EIDs que foram identificados na época da formulação do questionário. Já a versão curta, apresenta 90 questões de forma que avalia todos os 18 EIDs.

Para Young, Klosko e Weishaar (2008), os itens do questionário estão agrupados por esquemas e após cada conjunto de itens, aparece um código no qual auxilia o terapeuta a indicar qual esquema está em avaliação. Normalmente o terapeuta não soma o escore total do paciente ou o escore médio de cada esquema para interpretar os resultados, em vez disso, o terapeuta e paciente discutem os resultados do questionário nas sessões, bem como esclarece discrepâncias para garantir a identificação correta do esquema, enquanto o terapeuta educa o paciente em relação ao modelo de esquema e chamando a atenção aos padrões.

#### **2.4.6 Química esquemática e os esquemas emocionais nos relacionamentos amorosos**

Paim (2019) destaca que as escolhas amorosas assim como a permanência em relacionamentos abusivos costumam basear-se na sensação experimentada que ocorre na ativação de um ou mais esquemas iniciais desadaptativos, essa sensação chama-se química esquemática. Assim a química é ativada por meio de memórias emocionais dolorosas e pelas crenças e regras relacionadas com os esquemas iniciais desadaptativos. Nas palavras de Paim (2019, p.32) “[...] os casais geralmente escolhem um ao outro com base em seus esquemas, revivendo emoções familiares ou evocando situações angustiantes. Quanto mais forte são os EIDs, mais as escolhas amorosas são influenciadas por eles.”

Desta forma, as decisões que se baseiam nos esquemas servem como manutenção de padrões esquemáticos e são consideradas como “armadilhas de vida”, conforme Paim (2019). Ainda nesta mesma perspectiva, os autores ressaltam que uns exemplos de vivências que mantêm os esquemas iniciais desadaptativos são: indisponibilidade do parceiro desejado, relações que produzem sensações de rejeição, abuso, insegurança no vínculo, vivências emaranhadas com dependência emocional e funcional.

Segundo Paim (2019) existem comportamentos repetitivos nos relacionamentos, que são consequência das repetições de eventos traumáticos da infância e das necessidades não atendidas no início da vida, como negligência, violência, abandono ou abuso. Visto que, quando a atração é pouco racional, os padrões continuam a se repetir, tornando muitas vezes a vivência com o parceiro destrutiva.

Desta forma, nas relações amorosas conforme nas palavras de Young et al (2008 apud MENDES; MAIA, 2019, p.25) “[...] Os esquemas nas relações adultas levam os parceiros a recriar as condições da infância em que foram construídos, perpetuando temas subjacentes ao sofrimento apresentado nas interações insatisfatórias no presente e padrões de relacionamento disfuncionais.”

### 3. METODOLOGIA

A presente pesquisa classifica-se como um estudo descritivo-exploratório. De acordo com Farias Filho e Cordeiro (2015) a pesquisa exploratória busca tornar o problema mais acessível, caracterizando-se assim, como uma primeira aproximação com o fenômeno. Ainda nas palavras dos autores, a pesquisa descritiva tem por objetivo descrever as características de um fenômeno ou população.

Como técnica de pesquisa será utilizado levantamento bibliográfico, a partir de critérios de inclusão e exclusão definidos a priori. Segundo Farias Filho e Cordeiro (2015) pesquisa bibliográfica refere-se as elaborações a partir de materiais como livros, artigos e periódicos já publicados, com o intuito de verificar se o tema ou problema já foi relatado, bem como entender sobre a evolução do estudo. Ou seja, neste tipo de pesquisa os dados e informações são especificamente a bibliografia publicada sobre o tema.

O estudo será desenvolvido a partir de materiais publicados em artigos, periódicos, monografias e teses. Para tanto, serão utilizadas as seguintes bases de dados para identificação do material e posterior seleção e análise: Google Acadêmico, EBSCO, Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), Portal de Periódicos CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Em relação aos critérios estabelecidos, os materiais selecionados deverão compreender artigos, periódicos, monografias ou teses; estudos a respeito da temática de violência conjugal contra a mulher e sua relação com a Terapia do Esquema de Jeffrey Young; estudos com aplicação do Questionário de Esquemas de Young- YSQ-S3; estudos que compreendam as categorias de análise pré-estabelecidas para responder os objetivos da presente pesquisa; materiais publicados a partir do ano de 2010 com disponibilidade de consulta do texto completo nos idiomas inglês, português e espanhol.

Posterior à pesquisa nas bases de dados será realizada uma pré-seleção dos materiais de acordo com os critérios descritos acima, os quais estarão suscetíveis a novas seleções a partir da leitura dos materiais na íntegra.

Após selecionados, os estudos serão organizados e analisados a partir de categorias pré-estabelecidas, sendo elas: Perfil sociodemográfico das vítimas de violência; Histórico de abuso; Tipos de violência sofrida; Esquemas Iniciais Desadaptativos predominantes. Os resultados obtidos serão analisados e discutidos utilizando-se do método qualitativo.

No que se refere ao método de análise qualitativa Jung (2004, p.61-62) ressalta que “Os modelos qualitativos são aqueles formulados a partir de descrições do pesquisador ou indivíduo

pesquisado. Este modelo tem por finalidade a representação dos objetos ou indivíduos e as relações associadas para formulação de um modelo interativo”.

#### 4. CRONOGRAMA

<b>Atividades</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>
Elaboração do projeto	X						
Leituras e fichamentos	X						
Levantamento bibliográfico		X	X				
Tabulação dos dados			X	X			
Análise e redação			X	X	X	X	
Entrega do trabalho final							X

## REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 2 ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

BARBOSA, Thamires Pereira et al. Domínios Esquemáticos Apresentados por Mulheres em Situação de Violência Conjugal. **Rev. Psicol. IMED**. Passo Fundo. v. 11, n. 2, p. 51 68, dez. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/36bsb6I>>. Acesso em: 11.mai.2020.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 2.ed. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2O9ie19>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

BRASIL. **Código Penal**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017, p. 52. Disponível em:< <https://bit.ly/2Beu58f>>. Acesso em: 23 out. 2019.

BRASIL Ministério da Justiça. **Lei Maria da Penha e legislação correlata: dispositivos constitucionais pertinentes**. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Legislação correlata - Decretos. Índice de assuntos e entidades. Brasília, DF: Senado Federal, 2015. 62 p.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Manual de produção de textos acadêmicos e científicos**. São Paulo: Atlas, 2013.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica: lei Maria da Penha (lei 11.340/2006)**, comentado artigo por artigo. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

DUARTE, Aline Loureiro Chaves; NUNES, Maria Lúcia Tiellet; KRISTENSEN, Christian Haag. Esquemas desadaptativos: revisão sistemática qualitativa. **Rev. bras.ter. Cogn.** Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jun. 2008. Disponível em < <https://bit.ly/3bMOLE1>>. Acesso em 13. maio 2020.

FAUR, Patrícia. **Amores que matam: quando um relacionamento inadequado pode ser tão perigoso quanto usar uma droga**. Tradução de: Marlova Aseff. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

FARIAS FILHO; CORDEIRO, Milton. **Planejamento da pesquisa científica**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

JUNG, Carlos Fernando. **Metodologia para pesquisa & desenvolvimento: aplicada a novas tecnologias, produtos e processos**. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.

MENDES, Marco Aurélio; MAIA, Adriana Mussi Lenzi. Teoria do Apego e Esquemas Conjugais. In: PAIM, Kelly; CARDOSO, Bruno Luiz Avelino. **Terapia de Esquemas Para Casais: Base Teórica e Intervenções**. Porto Alegre: Artmed, 2019.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS- MMFDH. **Ligue 180 Central de Atendimento à Mulher: Relatório 2018**. Brasília: MMFDH, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/34WKOcS>>. Acesso em: 23 out. 2019.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS- MMFDH. **Governo anuncia medidas de enfrentamento à violência contra a mulher.** Relatório 2019. Brasília: MMFDH, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/11/governo-anuncia-medidas-de-enfrentamento-a-violencia-contr-a-mulher>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

NEAL, Avery. **Relações destrutivas: se ele é tão bom assim, por que eu me sinto tão mal?** Tradução de: Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Editora Gente, 2018.

NEME, Cristina; SOBRAL, Isabela. Principais resultados. In: BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil.** 2 ed. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2O9ie19>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE- OMS. **Relatório Mundial sobre violência e saúde.** Genebra: WHO (OMS), 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/2Oy8i1t>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência 2014.** Tradução por: Núcleo de Estudos da Violência (Trad.) São Paulo: 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/35imNgt>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

PAIM, Kelly. A Química Esquemática e as Escolhas Amorosas. In: PAIM, Kelly; CARDOSO, Bruno Luiz Avelino. **Terapia de Esquemas Para Casais: Base Teórica e Intervenções.** Porto Alegre: Artmed, 2019.

PAIM, Kelly; RIZZON, Ana Letícia Castellan; CARDOSO, Bruno Luiz Avelino. Juntos, Mas Separados: Do Entendimento à Intervenção Em Relacionamentos Distantes. In: PAIM, Kelly; CARDOSO, Bruno Luiz Avelino. **Terapia de Esquemas Para Casais: Base Teórica e Intervenções.** Porto Alegre: Artmed, 2019.

RIJO, Daniel; WAINER, Ricardo. Terapia do esquema em diferentes contextos e demandas clínicas. In Federação Brasileira de Terapias Cognitivas. NEUFELD, C,B; FALCONE, E,M,O. RANGÉ, B(Orgs). **PROCOGNITIVA: Programa de Atualização em Terapia Cognitivo-Comportamental, ciclo 2, p.153-78.** Porto Alegre: Artmed Panamericana, 2019.

SOUZA, Patrícia Alves de; ROS, Marco Aurélio da. Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento. **Revista de Ciências Humanas,** Florianópolis, n. 40, pp. 509-527, out. 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/3dtDR7x>>. Acesso em: 07 mai. 2020.

TEODORO, Maycoln. Leôni. Martins; OHNO, Priscilla Moreira. Desenvolvimento do sistema de crenças. In: Federação Brasileira de Terapias Cognitivas, C.B. Neufeld; E.M.O. Falcone; B.P Rangé. (Orgs). **PROCOGNITIVA: Programa de Atualização em Terapia Cognitivo- Comportamental, ciclo 4, p 9-56.** Porto Alegre: Artmed Panamericana, 2017.

WALKER, Lenore E. **The battered woman syndrome.** 3 ed. New York: Springer Publishing Company, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2O8iBKJ>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

WAINER, Ricardo. O desenvolvimento da personalidade e suas tarefas evolutivas. In: WAINER, Ricardo et al. **Terapia cognitiva focada em esquemas**: integração em Psicoterapia. Porto Alegre: Artmed, 2016.

\_\_\_\_\_. Terapia do esquema. In: Federação Brasileira de Terapias Cognitivas. NEUFELD, C,B; FALCONE, E,M,O. RANGÉ, B(Orgs). **PROCOGNITIVA**: Programa de Atualização em Terapia Cognitivo-Comportamental, ciclo 2, p.153-78. Porto Alegre: Artmed Panamericana, 2015.

YOUNG, Jeffrey. E.; KLOSKO, Janet. S.; WEISHAAR, Marjorie. E. **Terapia do esquema**: guia de técnicas cognitivo-comportamentais inovadoras. Porto Alegre: Artmed, 2008.

YOUNG, Jeffrey E. **Terapia cognitiva para transtornos da personalidade**: uma abordagem focada em esquemas. Porto Alegre: Artmed, 2003.